

Módulo 3 Direitos Humanos

Programa de Desenvolvimento
Profissional Continuado

Secretaria de Educação Infantil e Fundamental – SEIF

Francisco das Chagas Fernandes

Secretaria de Educação Média e Tecnológica – SEMTEC

Antonio Ibañez Ruiz

Secretaria de Educação a Distância – SEED

Marcos Dantas

Secretaria de Educação Especial - SEESP

Claudia Pereira Dutra

Departamento de Políticas Educacionais da SEIF

Lucia Helena Lodi

Coordenadora-Geral: Lucia Helena Lodi

Coordenadores: Jane Cristina da Silva e Lucineide Bezerra Dantas

Elaboração: Cristina Satiê de Oliveira Pátaro, Ulisses F. Araújo e Valéria Amorim Arantes

Consultoria: Ulisses F. Araújo

Agradecimentos: Alberto Santos, Josi Anne Paz e Paz, Maria Ângela T. Costa e Silva,

Jean Paraiso Alves, Cleyde de Alencar Tormena e Maria Ieda Costa Diniz

Revisão: Eliana da Rocha Vieira Tuttoilmondo

Esplanada dos Ministérios, Bloco L, 5ª andar – Brasília-DF

CEP: 70047-900

e-mail: eticaecidadania@mec.gov.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Centro de Informação e Biblioteca em Educação (CIBEC)

E84e Ética e cidadania: construindo valores na escola e na sociedade/coordenadora-geral: Lucia Helena Lodi. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos: Ministério da Educação, SEIF, SEMTEC, SEED, 2003.
6 v.: il.

Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado.
Plano da obra: Introdução; módulo 1: Ética; módulo 2: Convivência democrática; módulo 3: Direitos humanos; módulo 4: Inclusão social; módulo 5: Informações bibliográficas e documentais.

1. Ética. 2. Cidadania. 3. Direitos humanos. 4. Inclusão social. 5. Programa Ética e Cidadania – construindo valores na escola e na sociedade. I. Lodi, Lúcia Helena. II. Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado. III. Brasil. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. IV. Brasil. Secretaria de Educação Infantil e Fundamental. V. Brasil. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. VI. Brasil. Secretaria de Educação a Distância. VII. Título.

CDU: 37.014.252:17 ISBN 85-98171-03-4

Módulo 3

Direitos Humanos

Sumário

Introdução.....	7
Direitos humanos e cidadania	11
A maior invenção do século: os direitos humanos	19
Relato de experiência: direito à educação e qualidade de ensino	33
O Estatuto da Criança e do Adolescente	63

Introdução

Direitos Humanos

O Artigo XXVI da Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece que a educação é um direito de todas as pessoas e tem por objetivo o pleno desenvolvimento da personalidade humana e o fortalecimento do respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais.

A escola tem uma grande responsabilidade ética na implementação desse documento, que é fruto de um pacto internacional consolidado em 1948 no âmbito da Organização das Nações Unidas. E os educadores comprometidos com a justiça social e com a construção da cidadania e da democracia devem considerar seus princípios na organização do trabalho educativo.

A construção da democracia exige desenvolver uma cultura de direitos humanos, buscando a formação de pessoas ativas e críticas, conscientes de seu papel social e atuantes eticamente e politicamente.

Compartilhando tais pressupostos, o *Programa Ética e Cidadania* pensa que o Fórum Escolar de Ética e de Cidadania pode ajudar cada comunidade a implementar ações que levem à justiça social e à formação ética e cidadã das futuras gerações. Atuando nessa direção, cada comunidade trará sua contribuição para a construção de uma nova sociedade, que condena as mais diversas formas de exclusão social.

O conhecimento e reconhecimento dos direitos e deveres aludidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assim como a luta cotidiana por seu cumprimento, fazem parte da construção dessa cultura de direitos humanos. Estudar a trajetória desse documento, assim como sua situação atual no Brasil e as perspectivas futuras, será um dos eixos fundamentais deste programa.



Temáticas sociais como segurança, violência, seguridade social, meio ambiente, moradia, saúde e políticas públicas também estarão no foco das indicações bibliográficas e estratégicas.

Enfim, os recursos didáticos, textos, vídeos e materiais que compõem este módulo do *Programa Ética e Cidadania* visam a instrumentalizar os membros do fórum na formação ética, social e política de todos os membros da comunidade escolar, na expectativa de que os trabalhos desenvolvidos se irradiem para a comunidade externa à escola.

Direitos Humanos e Cidadania

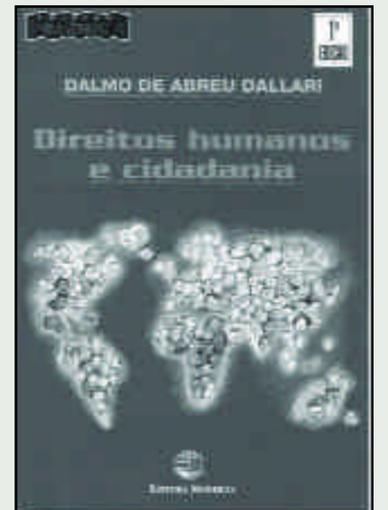
Direitos Humanos

O que são direitos humanos? O texto do jurista Dalmo de Abreu Dallari, transcrito no item “Sugestão de estratégias de trabalho” ajuda a compreender os significados dos direitos humanos e seus princípios de igualdade de direitos, respeitadas as diferenças entre as pessoas, de liberdade e de solidariedade. É um texto que nos permitirá entender essa temática, tão cara à democracia e à justiça social.

DALLARI, D. *Direitos humanos e cidadania*. São Paulo: Moderna, 1998. p.7-9.

Direitos humanos: noção e significado

A expressão "direitos humanos" é uma forma abreviada de mencionar os direitos fundamentais da pessoa humana. Esses direitos são considerados fundamentais porque sem eles a pessoa humana não consegue existir ou não é capaz de se desenvolver e de participar plenamente da vida. Todos os seres humanos devem ter asseguradas, desde o nascimento, as condições mínimas necessárias para se tornarem úteis à humanidade, como também devem ter a



possibilidade de receber os benefícios que a vida em sociedade pode proporcionar. Esse conjunto de condições e de possibilidades associa as características naturais dos seres humanos, a capacidade natural de cada pessoa e os meios de que a pessoa pode valer-se como resultado da organização social. É a esse conjunto que se dá o nome de direitos humanos.

Para entendermos com facilidade o que significam direitos humanos, basta dizer que tais direitos correspondem a necessidades essenciais da pessoa humana. Trata-se daquelas necessidades que são iguais para todos os seres humanos e que devem ser atendidas para que a pessoa possa viver com a dignidade que deve ser assegurada a todas as pessoas. Assim, por exemplo, a

vida é um direito humano fundamental, porque sem ela a pessoa não existe. Então, a preservação da vida é uma necessidade de todas as pessoas humanas. Mas, observando como são e como vivem os seres humanos, vamos percebendo a existência de outras necessidades que são também fundamentais, como a alimentação, a saúde, a moradia, a educação, e tantas outras coisas.

Pessoas com valor igual, mas indivíduos e culturas diferentes

Não é difícil reconhecer que todas as pessoas humanas têm aquelas necessidades e por esse motivo, como todas as pessoas são iguais – uma não vale mais do que a outra, uma não vale menos do que a outra – reconhecemos também que todos devem ter a possibilidade de satisfazer aquelas necessidades.

Um ponto deve ficar claro, desde logo: a afirmação da igualdade de todos os seres humanos não quer dizer igualdade física nem intelectual ou psicológica. Cada pessoa humana tem sua individualidade, sua personalidade, seu modo próprio de ver e de sentir as coisas. Assim, também, os grupos sociais têm sua cultura própria, que é resultado de condições naturais e sociais. Um grupo humano que sempre viveu perto do mar será diferente daquele que vive, tradicionalmente, na mata, na montanha ou numa região de planícies. Do mesmo modo, os costumes e as relações sociais da população de uma grande metrópole não serão os mesmos da população de uma cidadezinha pobre do interior, distante e isolada dos grandes centros. Da mesma forma, ainda, a cultura de uma população predominantemente católica será diferente da cultura de uma população muçulmana ou budista.

Em tal sentido as pessoas são diferentes, mas continuam todas iguais como seres humanos, tendo as mesmas necessidades e faculdades essenciais. Disso decorre a existência de direitos fundamentais, que são iguais para todos.

Direitos humanos: faculdade de pessoas livres

Todas as pessoas nascem essencialmente iguais e, portanto, com direitos iguais. Mas ao mesmo tempo que nascem iguais todas as pessoas nascem livres. Essa liberdade está dentro delas, em sua inteligência e consciência. É evidente que

todos os seres humanos acabarão sofrendo as influências da educação que receberem e do meio social em que viverem, mas isso não elimina sua liberdade essencial. É por isso que muitas vezes uma pessoa mantém um modo de vida até certa idade e depois muda completamente. Essa pessoa estava vivendo sob certas influências mas continuava livre e num determinado momento decidiu usar sua liberdade para mudar de rumo.

Uma consequência disso é que não podemos obrigar uma pessoa a usar de todos os seus direitos, pois é preciso respeitar a liberdade, que também é um direito fundamental da pessoa humana. Mas é indispensável que todos tenham, concretamente, a mesma possibilidade de gozar dos direitos fundamentais. Por esse motivo dizemos que gozar de um direito é uma faculdade da pessoa humana, não uma obrigação.

Assim, pois, é preciso Ter sempre em conta que todas as pessoas nascem com os mesmos direitos fundamentais. Não importa se a pessoa é homem ou mulher, não importa onde a pessoa nasceu nem a cor de sua pele, não importa se a pessoa é rica ou pobre, como também não são importantes o nome da família, a profissão, a preferência política ou a crença religiosa. Os direitos humanos fundamentais são os mesmos para todos os seres humanos. E esses direitos continuam existindo mesmo para aqueles que cometem crimes ou praticam atos que prejudicam as pessoas ou a sociedade. Nesses casos, aquele que praticou o ato contrário ao bem da humanidade deve sofrer a punição prevista numa lei já existente, mas sem esquecer que o criminoso ou quem praticou um ato anti-social continua a ser uma pessoa humana.

Direitos humanos, dignidade da pessoa e solidariedade

Para os seres humanos não pode haver coisa mais valiosa do que a pessoa humana. Essa pessoa, por suas características naturais, por ser dotada de inteligência, consciência e vontade, por ser mais do que uma simples porção de matéria, tem uma dignidade que a coloca acima de todas as coisas da natureza. Mesmo as teorias chamadas materialistas, que não querem aceitar a espiritualidade da pessoa humana, sempre foram forçadas a reconhecer que existe em todos os seres humanos uma parte não-material. Existe uma dignidade inerente à condição humana, e a preservação dessa dignidade faz parte dos direitos humanos.

O respeito pela dignidade da pessoa humana deve existir sempre, em todos os lugares e de maneira igual para todos. O crescimento econômico e o progresso material de um povo têm valor negativo se forem conseguidos à custa de ofensas à dignidade de seres humanos. O sucesso político ou militar de uma pessoa ou de um povo, bem como o prestígio social ou a conquista de riquezas, nada disso é válido ou merecedor de respeito se for conseguido mediante ofensas à dignidade e aos direitos fundamentais dos seres humanos.

No ano de 1948 a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que diz em seu artigo primeiro que "todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos". Além disso, segundo a Declaração, todos devem agir, em relação uns aos outros, "com espírito de fraternidade". A pessoa consciente do que é e do que os outros são, a pessoa que usa sua inteligência para perceber a realidade, sabe que não teria nascido e sobrevivido sem o amparo e a ajuda de muitos. E todos, mesmo os adultos saudáveis e muito ricos, podem facilmente perceber que não podem dispensar a ajuda constante de muitas pessoas, para conseguirem satisfazer suas necessidades básicas. Existe, portanto, uma solidariedade natural, que decorre da fragilidade da pessoa humana e que deve ser completada com o sentimento de solidariedade.

Aí está o ponto de partida para a concepção básica dos direitos humanos neste final de milênio. Se houver respeito aos direitos humanos de todos e se houver solidariedade, mais do que egoísmo, no relacionamento entre as pessoas, as injustiças sociais serão eliminadas e a humanidade poderá viver em paz.

Sugestões de estratégias de trabalho



Com a leitura desse texto, pretende-se introduzir os significados do que se denomina "direitos humanos". Compreender esses pressupostos será fundamental para as atividades posteriores do Fórum Escolar de Ética e de Cidadania, pois, de maneira direta ou indireta, todos os quatro módulos que compõem esse programa fundamentam-se nos princípios de direitos humanos.

O texto pode ser lido no início da reunião e gerar reflexões individuais ou coletivas sobre seus pressupostos:

- O que são direitos humanos?
- Por que se fala de igualdade de direitos?
- E as diferenças entre as pessoas e as culturas?
- O que é a liberdade das pessoas?
- O que pressupõe a dignidade da pessoa humana?
- Por que falar de solidariedade em direitos humanos?

O exercício da solidariedade é um bom início para mobilizar a comunidade escolar sobre a importância dos direitos humanos e sobre o papel do fórum na escola. Por isso, sugerimos que, após a discussão anterior, os membros do Fórum Escolar de Ética e de Cidadania dediquem-se a identificar uma área em que a comunidade local esteja enfrentando dificuldades e organizem uma campanha para combater o problema.

O tema pode ser a fome, hábitos alimentares, transporte público, desnutrição infantil, problemas com o meio ambiente, altos índices de dengue e tantas outras dificuldades de cada comunidade em nosso país.

Com a mobilização de alunos e alunas, professores e moradores do bairro, pode ser feita uma campanha de arrecadação de alimentos ou roupas, de limpeza das ruas e córregos do bairro – enfim, uma campanha para enfrentamento do problema detectado. Tal campanha, que pode durar 2 semanas, 1 mês ou até mesmo ser permanente, ajudará a criar uma imagem positiva e de atuação social do fórum junto à comunidade e poderá abrir perspectivas para trabalhos futuros que envolvam a comunidade.

Além disso, contribuirá para que a comunidade escolar entenda o que são direitos humanos e como o coletivo pode atuar solidariamente para atender às necessidades mais prementes das pessoas.

A maior invenção do século:
os direitos humanos

Direitos Humanos

Para introduzir o tema dos direitos humanos e a história da Declaração Universal dos Direitos Humanos, sugerimos a leitura do texto "Ética e cidadania", que apresentamos a seguir. Em linguagem bastante acessível, o texto fornece informações sobre esse documento e seus fundamentos na luta pela cidadania democrática. Sua leitura deve ser complementada pela leitura do texto completo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que transcrevemos na seqüência.

FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA. Ética e cidadania. In: *Ofício do professor: aprender mais para ensinar melhor*. São Paulo, 2002. v. 8, p. 12-17.



O século XX acabou de se encerrar. Um tempo de grandes conquistas e transformações. Um período de violência extrema e fatos históricos assustadores – muitas guerras, massacre de populações e brutalidades diversas. Mas foi também o século do automóvel, da televisão, das viagens espaciais, do desaparecimento da escravidão nas Américas e na Europa, da proteção às crianças e adolescentes, do ingresso das mulheres no mercado de trabalho.

Um século, enfim, que presenciou conquistas e atrasos lado a lado e que, de modo geral, pode ser dividido em duas partes: antes e depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

O resultado dessa guerra foi o surgimento de um mundo totalmente diferente daquele que se conhecia até então. A política, a geografia, a economia, a cultura, as artes, as sociedades, enfim, nunca mais seriam as mesmas a partir daquele momento.

Um fato marcante do pós-guerra, já em 1945, foi a criação de um órgão internacional voltado à promoção da paz mundial: a Organização das Nações Unidas (ONU). Criava-se formalmente uma espécie de juiz único para as disputas entre os diferentes países e povos.

Uma das primeiras tarefas da ONU foi a elaboração de um documento histórico, que tentasse acabar de vez com o desrespeito aos direitos básicos do ser humano. Uma espécie de grande acordo, para evitar a repetição de todos os horrores da guerra recém-terminada. Nascia assim a Declaração Universal dos Direitos Humanos, concluída em 1948.

O objetivo principal desse documento é a ampliação do respeito aos direitos e liberdades fundamentais de todos, sem qualquer exceção. As promessas da Declaração, porém, ainda não foram postas em prática integralmente, uma vez que ainda há desrespeito aos direitos humanos em todas as partes do mundo, inclusive no Brasil. Mas não se trata, de forma alguma, de um documento sem importância. Ao contrário, as principais constituições (o conjunto de leis básicas) dos países democráticos seguem os princípios e valores por ela adotados. Isso, porque não há democracia sem respeito aos direitos humanos.

Se vivemos hoje num mundo mais livre do que o de nossos pais e avós, devemos esses avanços, pelo menos em parte, à Declaração Universal dos Direitos Humanos. Sem dúvida, essa foi a maior invenção do século XX.

E quais são esses direitos?

Preste bastante atenção! Conhecê-los é fundamental para todos, porque eles não podem ser tirados de ninguém, sob nenhuma hipótese; é o primeiro passo para o exercício da cidadania democrática. O segundo, no nosso caso, é ensiná-los aos outros.

Ser cidadão: realizar direitos e de veres

Liberdade, igualdade e fraternidade: eis os três princípios, isto é, os pontos de partida da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Dentre eles, o primeiro princípio – a liberdade – refere-se à idéia de que qualquer forma de escravidão é inaceitável. Todos nascem livres, e assim devem permanecer por toda a vida. À medida que nossos direitos (e nossos deveres) são reconhecidos e realizados cotidianamente, tornamo-nos cada vez mais livres.

Se a idéia de liberdade é bem conhecida hoje, o mesmo não acontece com o princípio da igualdade. A idéia de que nascemos iguais, embora sejamos tão diferentes uns dos outros, ainda é algo difícil de ser compreendido nos dias atuais.

O princípio da igualdade entre os homens tem sua origem na religião cristã e mais tarde foi retomado na Revolução Francesa.

Somos todos iguais como seres humanos. Por isso devemos combater qualquer forma de discriminação e de arrogância, agindo solidariamente uns com os outros. Eis o terceiro princípio fundamental da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Liberdade, igualdade e fraternidade: os três pilares de uma vida em comum justa e digna.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos está dividida em quatro partes e conta com trinta artigos – como se fossem trinta mandamentos. Veja alguns deles.

- Ninguém poderá ser submetido a tortura ou tratamento desumano, ou sequer ser preso sem provas;
- Toda pessoa acusada de um crime deve ser considerada inocente até o momento em que se prove sua culpa;
- É direito de todos locomover-se livremente ou, então, fixar residência onde bem entender;
- Todos os maiores de idade têm direito de se casar, ou de se separar daquele com quem se casou, ou ainda de não se casar se assim preferirem;
- Também são livres para escolher e professar sua crença ou religião, assim como são plenamente livres para expressar suas opiniões;
- Da mesma forma que todos têm direito a escolher livremente sua forma de trabalho, todos têm direito ao descanso e ao lazer;
- Todos têm direito à educação fundamental, obrigatória e gratuita.

Os “mandamentos” da Declaração Universal dos Direitos Humanos são a fonte da idéia que nos interessa mais de perto: a de cidadania.

Vale lembrar que cidadania é um caminho de ida e volta, isto é, concede direitos e exige deveres ao mesmo tempo. O direito à vida implica o dever de não matar. O direito à liberdade, o dever de não escravizar. O direito à igualdade, o dever de não discriminar. E assim por diante.

Em outras palavras, a pessoa que teve suas necessidades atendidas fica comprometida com a comunidade e, em especial, com os outros que não tiveram as mesmas chances. Pois não há justiça social verdadeira se ela não se estender a todos.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Assembléia Geral proclama:

A presente **Declaração Universal dos Direitos Humanos** como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

Artigo I – Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.

Artigo II – Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidas nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

Não será tampouco feita qualquer distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.

Artigo III – Toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo IV – Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.

Artigo V – Ninguém será submetido a tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

Artigo VI – Toda pessoa tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecida como pessoa perante a lei.

Artigo VII – Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Artigo VIII – Toda pessoa tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei.

Artigo IX – Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.

Artigo X – Toda pessoa tem direito, em plena igualdade, a uma audiência justa e pública por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir de seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.

Artigo XI

1. Toda pessoa acusada de um ato delituoso tem o direito de ser presumida inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.

2. Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional. Tampouco será imposta pena mais forte do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.

Artigo XII – Ninguém será sujeito a interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataques à sua honra e reputação. Toda pessoa tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.

Artigo XIII

1. Toda pessoa tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado.

2. Toda pessoa tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.

Artigo XIV

1. Toda pessoa, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.

2. Este direito não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos propósitos e princípios das Nações Unidas.

Artigo XV

1. Toda pessoa tem direito a uma nacionalidade.

2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.

Artigo XVI – Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, têm o direito de contrair matrimônio e fundar uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e sua dissolução.

1. O casamento não será válido senão como o livre e pleno consentimento dos nubentes.

2. A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado.

Artigo XVII

1. Toda pessoa tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros.

2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade.

Artigo XVIII – Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.

Artigo XIX – Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

Artigo XX

1. Toda pessoa tem direito à liberdade de reunião e associação pacíficas.

2. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

Artigo XXI

1. Toda pessoa tem o direito de tomar parte no governo de seu país, diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.

2. Toda pessoa tem igual direito de acesso ao serviço público do seu país.

3. A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto.

Artigo XXII – Toda pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade.

Artigo XXIII

1. Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.

2. Toda pessoa, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.

3. Toda pessoa que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.

4. Toda pessoa tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para a proteção de seus interesses.

Artigo XXIV – Toda pessoa tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias periódicas remuneradas.

Artigo XXV

1. Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

2. A maternidade e a infância tem direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora de matrimônio, gozarão da mesma proteção social.

Artigo XXVI

1. Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.

2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.

Artigo XXVII

1. Toda pessoa tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do processo científico e de seus benefícios.

2. Toda pessoa tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística da qual seja autor.

Artigo XXVIII – Toda pessoa tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados.

Artigo XXIX

1. Toda pessoa tem deveres para com a comunidade, em que o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível.

2. No exercício de seus direitos e liberdades, toda pessoa estará sujeita apenas às limitações determinadas por lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer às justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática.

3. Esses direitos e liberdades não podem, em hipótese alguma, ser exercidos contrariamente aos propósitos e princípios das Nações Unidas.

Artigo XXX – Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada como o reconhecimento a qualquer Estado, grupo ou pessoa, do direito de exercer qualquer atividade ou praticar qualquer ato destinado à destruição de quaisquer dos direitos e liberdades aqui estabelecidos.



Sugestões de estratégias de trabalho

Esta proposta de trabalho pode ser aplicada em dois momentos distintos, mas inter-relacionados: a) no âmbito das reuniões do Fórum Escolar de Ética e de Cidadania; b) nas atividades de sala de aula.



Na reunião do fórum:

Conhecer a Declaração Universal dos Direitos Humanos é o primeiro passo para o trabalho com esse módulo do *Programa Ética e Cidadania*. Por isso, o grupo deve dedicar algum tempo à sua leitura e discussão. As estratégias para conseguir isso são variadas: leitura coletiva; divisão do documento em partes, que serão lidas por diferentes grupos e posteriormente transmitidas aos demais; leitura em casa. Enfim, o importante é que todos os membros do fórum conheçam a Declaração, seus princípios e pressupostos.

Nessa mesma reunião, pode ser acordada uma forma de levar esse mesmo estudo para as salas de aula.



Nas atividades de sala de aula e da escola:

A sugestão é que o primeiro contato das crianças e adolescentes com a Declaração Universal dos Direitos Humanos seja feito de uma maneira lúdica, artística.

Para isso, convém envolver o maior número possível de professores e turmas da escola. Os 30 artigos e o preâmbulo do documento devem ser distribuídos entre os grupos ou entre as diversas turmas, deixando cada grupo/turma responsável por um artigo. Sua responsabilidade será criar, em um determinado tempo (por exemplo uma ou duas semanas), alguma produção artística que demonstre a toda a escola o que o artigo estudado representa e os direitos e deveres que lhe são inerentes.

A produção pode envolver música, teatro, dança, pintura, expressão corporal, cinema. O importante é que os grupos preparem o material ou a apresentação visando ao que poderia ser chamado "Dia Escolar dos Direitos Humanos". Nesse dia, que pode ser um dia letivo normal ou um sábado, para que seja possível convidar as famílias dos alunos e outros membros da comunidade, se faria uma grande movimentação em torno dos princípios e direitos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Seria um dia de festa, de conagração, de alegria, mas de muito aprendizado ético, político e social.

Uma vez mais, competiria ao fórum garantir as condições para que esse evento ocorresse.

**Relato de experiência: direito à
educação e qualidade de ensino**

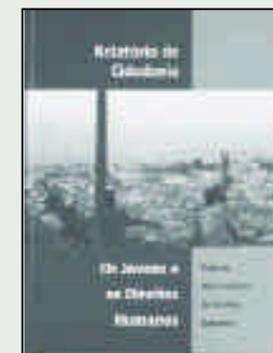
Direitos Humanos

Com este relato de experiência, pretende-se levar às escolas que participam deste programa, principalmente aos membros do Fórum Escolar de Ética e de Cidadania, depoimentos de pessoas que participaram da transformação de uma comunidade conhecida por seus sérios problemas sociais: a favela de Heliópolis, em São Paulo.

O texto traz depoimentos sobre a realidade daquela comunidade, seus problemas, a violência, os preconceitos e discriminações que permeavam o ambiente escolar. Apresenta, no entanto, detalhes sobre os processos de mudança, o papel do grêmio estudantil, a aproximação da escola com a comunidade, o trabalho com direitos humanos e como isso ajudou a construir um ambiente escolar mais justo e democrático. Enfim, é um texto que merece ser lido e conhecido, assim como vale a pena observar essa modalidade nova de associação jovem, os Observatórios de Direitos Humanos, responsáveis pela produção do material.

Não será feita sugestão alguma de trabalho sobre os relatos, mas fica o convite para que os membros do fórum discutam seu conteúdo e debatam como as experiências apresentadas podem auxiliar no trabalho específico de sua comunidade.

REDE DE OBSERVATÓRIOS DE DIREITOS HUMANOS. Direito à educação e qualidade de ensino. In: Relatório de cidadania: os jovens e os direitos humanos. São Paulo, 2001. p. 77-97.



I – Introdução

Localizada no Distrito do Sacomã na zona Sul de São Paulo, a favela de Heliópolis é a segunda maior favela da América Latina, onde vivem aproximadamente 100.000 pessoas, de forma precária. Apesar de estar centrada nas proximidades de regiões pouco carentes, como por

exemplo o bairro Ipiranga, o local oferece serviços públicos insuficientes para atender a um contingente de pessoas tão extenso.

A favela possui apenas um posto de saúde, localizado na Estrada das Lágrimas e um hospital, o chamado Hospital Heliópolis com capacidade de atendimento de 208 pessoas por dia. Os demais hospitais e Postos de saúde localizam-se fora da região, o que dificulta muito o acesso da população aos serviços.

Há quatro escolas: duas de ensino fundamental e duas de ensino médio e não há falta de vagas, embora haja alguns problemas de vagas e de remoção em algumas delas no início do ano letivo. Apesar de ser uma região pauperizada, existe uma escola particular chamada Rumo Inicial, e não temos conhecimento de alguém que estude nela.

A ocupação da região foi irregular, pois os que iam lá morar compravam os terrenos de “grileiros” que os vendiam com documentos falsos. A população local se organizou em associações para planejar e agir contra aqueles que se diziam “donos da terra” e, na luta pela legalização da terra e pelo direito de lá residir foi criada a UNAS – União de Núcleos e Associações de Heliópolis e São João Clímaco, em janeiro de 1980. Depois de conquistar esses direitos, a UNAS começou a desenvolver atividades relacionadas à educação para jovens e adolescentes, assim como palestras e atividades relacionadas à cidadania destinadas à comunidade local.

Por ser muito populosa e ocupar uma área relativamente extensa, Heliópolis foi dividida em nove Núcleos: Mina, Heliópolis, Pam, Cento e Vinte, Lagoa, Imperador, Vicente Gaspar, Gaivota e Portuguesa. Em cada Núcleo – espécie de bairro dentro da favela – existe um Centro de Juventude, organizado pela comunidade. A UNAS representa a união de todos eles e possui aproximadamente 7.000 associados e por volta de 100 funcionários. É dividida em escritório central, creches, nove centros de juventude e projetos com jovens, nos quais atende direta e indiretamente aproximadamente 4.000 pessoas diariamente.

Os jovens observadores têm 16 anos de idade e freqüentam ou já freqüentaram as escolas da região. Até o início do projeto, tudo o que sabiam sobre os direitos

humanos era decorrente da militância na UNAS, através da participação em atividades referentes à educação.

Escolheram o direito à educação porque consideram que a escola ocupa o papel central de desencadeador de mudanças na vida de uma comunidade. O respeito pelo local onde se estuda pode ser o início do entendimento sobre os direitos e assim sendo, o começo para trabalhar a consciência individual e coletiva. É quando começamos a perceber que a escola de qualidade é possível; é quando começamos a almejar um futuro melhor e saber que a luta é possível e vale a pena.

II – Como desenvolvemos o trabalho

Desde o início das reuniões do Observatório com os jovens observadores eles mostraram interesse no tema da educação. Segundo suas próprias experiências, consideram que as escolas deixam muito a desejar quanto a qualidade do ensino e que a maioria não cumpre devidamente o seu papel. Conhecem muitos adolescentes que não usufruem o direito de educação por motivos diversos e este é um problema central na vida do jovem, cujos sonhos e ambições perpassam por um projeto educacional e sócio-educativo.

Ao perguntarem para os moradores de Heliópolis se sabiam o que eram os direitos humanos, muitos não sabiam e alguns já tinham ouvido falar e outros não tinham muita clareza sobre o assunto. O novo currículo escolar, regido pela última Lei de Diretrizes e Bases, prevê a inclusão do temas transversais durante as aulas. No entanto, os direitos humanos ficam às margens dessa proposta.

Ao longo da discussões iniciais, foi se definindo o foco da observação que se concentrou na qualidade da escola pública e as suas conseqüências para a vida dos jovens.

Para ampliar a discussão, resolvemos trabalhar com um grupo de adolescentes que participavam do projeto Faz Tudo, numa parceria da Comunidade Solidária e da UNAS. Participam do grupo jovens de 16 a 21 anos que se evadiram da escola, retornaram à educação formal e estão dispostos a aprender técnicas da

construção civil. O grupo é heterogêneo, pois apresenta adolescentes que já estiveram em conflito com a lei assim como meninos em Liberdade Assistida. A idéia inicial era realizar entrevistas com alguma pessoa da comunidade e trazê-la para discussão com o Faz Tudo.

No primeiro encontro com o grupo, pensamos em exibir o filme “Sociedade dos Poetas Mortos”, a fim de despertar nos jovens sentimentos e opiniões capazes de proporcionar uma discussão sobre as diferenças entre educar e instruir, além de levá-los à reflexão acerca da escola que faz parte da realidade da nossa comunidade. A nossa surpresa foi perceber a dificuldade deles, jovens de 16 a 21 anos de idade, em acompanhar o ritmo das legendas do filme. Isso nos trouxe mais perto da ineficiência da escola pública da região, que na maioria das vezes, não consegue fornecer ao aluno sequer a instrução básica, deixando de assegurar o direito à educação de qualidade.

Em nosso segundo encontro, escutamos todos os tipos de denúncias sobre condutas inapropriadas por parte de professores, coordenadores e diretores das escolas. Em seguida distribuímos um questionário com perguntas como: nome, série, idade e o que a escola já havia trabalhado sobre os direitos humanos.

O terceiro encontro foi mais turbulento, pois percebemos que não conseguiríamos avançar como pretendíamos sobre a questão da educação porque as discussões eram unicamente denunciastas e não desencadeavam diálogos e reflexões.

Decidimos, então, não mais trabalhar com o grupo de jovens do Faz Tudo e seguir em frente somente com as entrevistas. No entanto, os poucos encontros que tivemos foram importantes para continuarmos a pesquisar a educação, porque são muito comuns aquelas situações descritas pelos jovens. Por que a escola agia daquele jeito e por que os alunos respondiam de maneira tão ameaçadora aos professores?

Todas estas reflexões nos permitiram perceber que a melhor forma de observarmos a situação do jovem de Heliópolis seria conversando com outras pessoas da comunidade e todos aqueles que estivessem ao nosso alcance. E assim foi feito.

Traçamos um cronograma de entrevistas para os dois primeiros meses de trabalho. Conversamos com diretores de duas escolas, uma delas exemplo de transformação e integração com a comunidade. Conversamos com líderes comunitários, dirigentes de creches e de Centros de Juventude. Depois desta primeira bateria de entrevistas, sentimos a necessidade de ouvirmos os professores de algumas escolas, alunos exemplares e mães de alunos. Tentamos agendar uma entrevista com o cantor de rap da comunidade, mas não conseguimos localizá-lo.

III – O que se observou?

Pudemos ver que muitos adolescentes do Faz Tudo não acreditam em melhorias, sem se darem conta que o fato de participarem do grupo e aprenderem construção civil, já foi uma melhora.

Dos jovens que entrevistamos, 35% consideram que estudam em escolas que possuem baixa qualidade. Muitos deles têm uma consciência crítica, mas não por causa da escola e sim pela própria experiência de vida, por viverem entre pessoas que usam drogas ou roubam por causa das necessidades. Daí começam a achar que as pessoas de classes sociais mais altas e os governantes é que são os culpados da situação. Eles culpam o sistema e nem sabem o que é o sistema.

A escola não está qualificando para o mercado de trabalho, pois não dá nem mesmo a qualificação básica/elementar ao aluno. Notamos que uma garota do grupo Faz Tudo que está na 7ª série escreve como uma que cursa a 4ª série. É comum encontrarmos crianças que estão na 4ª série e não sabem escrever seus próprios nomes. Isto influenciará demais o futuro delas. Elas não terão sido capacitadas para enfrentar um mercado de trabalho que exige cada vez mais um alto grau de aprendizagem. Geralmente, pensam que isto é simplesmente culpa do indivíduo, no entanto nós achamos que a culpa não é só do indivíduo mas de toda a sociedade.

“O direito à igualdade está difícil de ser exercido. Nossa educação é lamentável e o direito de toda criança estar na escola não é atendido. Talvez não faça muita diferença ela ir ou não ir à escola já que pelo que vemos aqui na comunidade, elas só vão para comer e nada mais”.

Durante o processo de entrevistas, pudemos registrar depoimentos de alunos e ex-alunos que presenciaram e/ou foram diretamente atingidos por agressões verbais na escola, que mostra claramente a violação dos direitos no contexto escolar.

Algumas das manifestações dizem respeito a confrontos entre professores e alunos e mostram simplesmente a falta de jeito e sensibilidade no diálogo entre ambos. A seguir estão alguns depoimentos de alunos que ilustram bem os conflitos vividos em sala de aula.

“O professor não quer ensinar a gente, eles xingam o povo.”

“O professor tem que falar com educação.”

“A professora não fala das regras da escola. As vezes ela chega nervosa por algum problema que aconteceu na casa dela e expõe a raiva dela na sala de aula.”

“O professor quando explica a matéria e a classe diz que não entende, ele diz assim: ‘Eu só explico uma vez e se você não entendeu fica sem entender; na hora que for a correção de exercício, você entende’. Nos dias de prova eles não estão nem aí se a classe entende a matéria ou não.”

“Eu fui suspenso uma vez porque eu estava falando na sala de aula. A professora começou a gritar comigo e perguntar se eu não estava ouvindo e daí eu disse que continuaria a conversar porque ela não fala com educação. Ela me mandou ficar suspenso por cinco dias em casa e eu disse que ela não tinha o direito de fazer isso comigo. Disse que ela era professora mas que não tinha o direito de gritar comigo.”

“Há seis anos, eu vi dois meninos de mais ou menos 8 anos de idade brigando na sala. A diretora deu um chute na bunda de um dos moleques e mandou ele ir para a diretoria e ficar quieto senão ela faria alguma coisa com ele.” Bruno Miranda, 16 anos, Escola Manuela Lacerda Vergueiro.”

“Tinha um aluno especial que, do jeito que falava, escrevia. Ele escreveu uma redação com as palavras todas erradas. A professora leu em voz alta na sala e ele ficou morrendo de vergonha. Ela deu uma advertência para ele porque ele escrevia tudo errado. Foi na 5ª série do colégio Campos Sales. Não foi feito nada para que ele melhorasse. Foi a professora Maria Teresa que era diretora também.” (Valteir, EEPG Presidente Campos Salles)

“Esta mesma pessoa colocou um esparadrapo na boca do meu irmão porque ele estava falando demais. Ele tinha 11 anos e estava na 3ª série.

Meu irmão chegou em casa com a boca machucada.” (Maura)

“Ela puxava a orelha dos alunos. Ela é cheia de botar as regras dela de bater e puxar orelhas. Ela saiu e entrou o Bráz Rodrigues.”

Manifestações de racismo e discriminação pelo fato de os alunos viverem em uma favela, também são comuns neste contexto onde alunos e professores são obrigados a conviver de maneira precária, submetidos à agressão verbal e vezes até física. A partir daí, começam os casos de vandalismo em que a escola acaba sendo depredada, acarretando em prejuízos para todos.

“No final do ano passado, eu fui preso e fiquei alguns dias sem ir à escola. Quando voltei, eu estava debatendo de igual para igual com a professora sobre o que Hitler havia feito e ela me mandou calar a boca porque ela disse que não discutia com marginal e que todo favelado era assim. Eu perguntei se ela estava me xingando só por eu morar na favela e ela respondeu que queria dizer isso sim. Daí eu falei que ia matar ela e então ela saiu da escola.” (C.S.G.)

“As professoras na escola gritam ao invés de falar baixo. Se é um aluno negro elas falam: Fica quieto seu negro não sei o que. Não falam com educação.”

“A gente estudava no Colégio José Escobar, na R. Silva Bueno. Daí a gente passou de ano e todo mundo foi transferido para a escola Visconde de Itaúna, também localizado à R. Silva Bueno. A diretora dividiu as salas assim: quem morava na favela ia para uma sala e o resto ficava em outra. Eu fui até expulso porque todo mundo da favela começou a bagunçar. O nome da diretora era Maria Angélica que é diretora até hoje. Ela era folgada só porque o irmão dela era delegado. Um colega meu bagunçava porque todo mundo era revoltado e ela chamava a polícia direto para revistar a gente na porta da escola. Queriam ver se a gente tinha droga. Mandavam jogar os cadernos no chão, colocar às mãos para cima e encostar no muro no meio da rua, na frente de todo mundo. Eu estava na 7ª série e estudava à noite. Faltando dois meses para acabar as aulas ela chamou quase todos aos alunos da sala, quase todos moradores de Heliópolis, e expulsou todo mundo. Daí nós fomos expulsos e jogamos

pedras nas janelas da escola.” (César da Silva Gomes, 18 anos, EE Professor Gualter da Silva)

“Eu acho que esse tipo de coisa não deveria acontecer, porque tem gente que é da favela e tem os playboys e a escola sempre discrimina os alunos da favela.”

“Uma vez, no início do ano roubaram a escola. No meio deste mesmo ano, eu fui preso. Depois de dois meses que eu havia sido preso, roubaram a escola mais uma vez. Eu tinha uma jaqueta que era igual a jaqueta que havia sido roubada na escola. Só porque eu tinha sido preso e estava com a mesma jaqueta, acharam que tinha sido eu que roubei a jaqueta. A diretora chamou meus pais e perguntou onde eu havia comprado a jaqueta. Eu disse que havia comprado a jaqueta em uma loja de roupas usadas e a diretora até pensou em ir até a loja. Só porque eu já tinha sido preso, a diretora quis por a culpa em mim. Eu fui discriminado.” (César da Silva Gomes, 18 anos, EE Professor Gualter da Silva)

“A diretora do CEPAL que só estava na direção desta escola há 3 meses chamou todos os alunos de favelados porque alguns alunos desligaram toda a eletricidade. Saiu até no jornal Daí pessoas de fora e alguns alunos quebraram toda a escola. A diretora percebeu que estava ficando ruim para o lado dela e tirou licença e nunca mais apareceu na escola para explicar o que havia acontecido. Ela não morava em Heliópolis. Chegou a chamar a polícia para explicara a situação. O policial disse que ela iria pedir demissão porque ela estava com medo e a classe disse que ela não precisava ter medo e sim respeito pelos alunos. Nós ficamos 3 semanas sem aula. Este policial foi super legal Disse que ele era igual a nós. Mas este policial a gente conhece e conversa com ele direto.” (EE Professor Ataliba de Oliveira)

Ainda neste contexto conflituoso, a presença das drogas e a facilidade como são usadas dentro da escola, semeiam maiores problemas que muitas vezes culminam em violência e desrespeito entre os atores escolares. Apesar da dura condenação ao uso de drogas, existe uma naturalização desse fato. Há depoimentos de alunos que atribuem ao efeito de algum tipo de droga a postura de alguns professores, ao lecionarem.

“Tinha um diretor há três anos chamado Orlando que vivia na favela catando maconha. Ele não é mais diretor; foi expulso pois descobriram que ele ia na favela. Tinha uma professora de história que cheirava para caramba. Toda sexta-feira eu vejo uma galera bebendo vinho e whisky, fumando maconha e cheirando cocaína e ninguém fala nada. A diretoria não vê usando as drogas, mas sente o cheiro e não tomam nenhuma atitude. Eu já presenciei uma professora durante a aula sob o efeito de drogas. Eu discuti com ela e fui na diretoria e disse para prestarem atenção no estado em que ela se encontrava e a diretora disse para eu não falar nada; para eu ficar na minha.” (César da Silva Gomes, 18 anos, EE Professor Gualter da Silva)

“Existem duas quadras nesta escola que ficam fechadas com cadeado. No recreio as pessoas ficam sentadas conversando, outros ficam fumando um baseado, outros quebram a escola e outros picham porque não têm nada para fazer. Eles dizem que não liberam as quadras porque a gente quebra tudo. Na [Escola] Manuela não pode nem ter festa.” (Maura Rita de Oliveira, 16 anos, Escola Manuela Lacerda Vergueiro).

“Quando encontram algum aluno fumando maconha na escola, as funcionárias perguntam o que estão fazendo e os alunos respondem que estão fumando um baseado e oferecem. Ninguém faz nada porque eles têm medo do pessoal de Heliópolis.” (Maura, Escola Manuela Lacerda Vergueiro).

“Lá, os moleques estão fumando e as funcionárias da escola pedem para apagar e os alunos dizem que não vão apagar o baseado.” (EE Professor Gualter da Silva).

“Na escola Manuela, no período da noite, nunca teve aula sobre drogas e nem sobre sexo.” (Maura, Escola Manuela Lacerda Vergueiro).

“No período da tarde e da manhã eles dão, de vez em quando, aula sobre sexo e sobre drogas.” (Escola Manuela Lacerda Vergueiro).

Não são raros os casos em que a polícia interfere nos conflitos escolares e isso resulta em mais casos de violação de direitos, como abuso de autoridade e

desrespeito moral. Colocar a polícia dentro da escola quando há conflitos, acaba criminalizando-os. Nestes casos, alguns diretores adotam uma visão segmentada da realidade ao tratar os problemas que surgem no espaço escolar.

“Este ano, jogaram bombas no banheiro algumas vezes. A diretora sempre acusava a gente e chegou a chamar a polícia para conversar conosco. Eles não nos revistaram mas cheiraram as nossas mãos para verificar se estava com cheiro de pólvora. Tudo que acontece lá, acusam a gente imediatamente, sem saber de nada.” (Marcio Gonçalves Pereira, 17 anos, 1º colegial, EE Tancredo Neves.)

“De noite, nem polícia tem para garantir a segurança do aluno. Arma na escola é a coisa mais fácil de se ver. Todo mundo leva arma. Às vezes, no meio das aulas tem tiro.” (Aluno da EE Professor Gualter da Silva).

A falta de opções de cultura e lazer na região contribui para o descontentamento e a ociosidade das pessoas, o que faz os jovens, principalmente, tornarem-se vulneráveis ao tráfico de drogas e ao roubo. A escola deveria ser não só um pólo de educação mas também, irradiadora de atividades de lazer e cultura para a comunidade, já que esta é carente deste tipo de opção.

“No [colégio] Manuela só os professores podem usar a sala de computação. Eles falam que o aluno não pode usar porque vai quebrar.”

“Antigamente no [colégio] CEPAL tinha tudo. Tinha biblioteca aberta e informática para o aluno. Agora não tem mais informática nem fanfarra. Tem biblioteca, mas não funciona. A minha amiga foi pedir para consultar um livro e foi informada que não estava aberta para emprestar livros. Esta situação já persiste há quase cinco anos.” (EE Professor Ataliba de Oliveira)

“Para consultar uma biblioteca para fazer um trabalho tem que ir até a [biblioteca] Monteiro Lobato ou andar até a biblioteca Castro Alves.” (Valteir, EEPG Presidente Campos Salles)

“Fecharam a biblioteca, porque disseram que estavam roubando. Faz tempo que fechou e nunca mais abriu.” (Maura, Escola Manuela Lacerda Vergueiro)

“No [colégio] Campo Sales a biblioteca é aberta para os alunos. Podem ser retirados livros para consulta. Lá é mais organizado.”

A escola que não funciona

A escola Estadual Professor Ataliba de Oliveira, localizada em São João Clímaco, era considerada, há quase 10 anos, a melhor da região e hoje enfrenta uma situação bem diferente. Há alguns meses, ela passou por uma onda de depredações em razão de descontentamento dos alunos com a diretora da época, que resultou na mudança da diretoria.

A atual diretora afirma que não há diferença entre a rede pública e as escolas privadas, pois todos os professores que lecionam em escolas da rede pública também lecionam na rede particular e que eles não fazem diferença no tratamento entre os alunos da escola pública e os da particular.

Os alunos afirmam que a questão dos direitos humanos não é devidamente trabalhada nessa escola, mas a diretora discorda.

“Eu acho que estão saindo jovens com senso crítico desta escola. Eu acho que a gente nem tem que trabalhar os direitos humanos com os alunos, porque a nossa clientela vem com uma cabeça que acha que tem direitos, então a gente tem dificuldade de trabalhar porque para eles é tudo do direito deles então a gente vai fazer alguma coisa e eles falam: 'Eu tô no meu direito'.” (Diretora da escola Ataliba).

Consideramos que a escola está em má situação porque os alunos nada, sabem sobre os direitos humanos. A diretora não entra nas salas de aula; não conversa e mal conhece os alunos. Por isso é tão importante, para ela, que os alunos usem uniforme e só entrem na escola com apresentação da carteirinha. É o jeito que ela encontrou para identificar o aluno.

A relação imposta por ela é autoritária e baseada na pressão e no medo. A direção acha que suspender um aluno resolve o problema de indisciplina e atribui a culpa da situação escolar ao indivíduo, não trabalhando o coletivo. Por fim, percebe a realidade de forma segmentada, tendo uma visão dúbia e nebulosa dos problemas.

A diretora da escola responde defensivamente: “O maior desafio do professor seria tentar orientar; ter uma visão, para que possa encaminhar os alunos para o caminho certo. Para a escola, o maior desafio é a questão da violência. Nós estamos tentando reerguer esta escola que há alguns meses sofria problemas de depredação muito sérios.”

Quanto às dificuldades em manter relações com a comunidade, ela afirma que: “O governo está tentando, tanto é que aos finais de semana a escola está aberta com o projeto Parceiros do Futuro. A gente também tenta; nós tivemos campeonato e íamos fazer aberto para a comunidade, mas não deu certo. Quando são só os nossos alunos, a gente tem mais controle, já quando abre para pessoas que não conhecemos fica mais complicado. O pessoal acaba abusando e causando problemas para a escola, tal como uso de drogas e depredação.”

Ela afirma ainda que: “A escola ideal é aquela que vai formar o aluno e instruir também. Não adianta a gente só formar e não dar conteúdos, né? Aí quando for trabalhar lá fora ele vai estar defasado. A gente pode formar um cidadão crítico, mas sem conteúdo? Se bem que sendo crítico ele vai correr atrás das coisas. Para se formar um cidadão crítico, a escola tem um papel central, mas eu acho que está muito difícil para a escola trabalhar isto, porque nós não estamos tendo apoio, dentre outras coisas, da família. Para mim, o maior problema está na família. Infelizmente, do jeito que está a sociedade, a gente entende que os pais têm que trabalhar e os filhos ficam em casa praticamente sozinhos. O único lugar que eles têm é a escola. Quando é dia de aula normal, o que é feito é entrar na sala, sentar na cadeira e assistir aula. Eles não gostam disso. Quando não tem aula e a escola fica aberta para a comunidade, todo mundo entra. Eles estão sentindo falta de espaço; falta de lugar para eles. Talvez seja uma maneira de extravasar outras coisas e não ficar dentro da sala. Então eu acho que infelizmente a escola está tendo que assumir todos os segmentos. O que a família deveria estar fazendo e não faz, acaba caindo sob a responsabilidade da escola. Até o lazer é a gente que faz! A parte cultural a gente tem que correr atrás também. Eu acho que a escola está com uma carga muito pesada.”

A má qualidade do ensino e a indisciplina são tratadas como sendo “falta de interesse do aluno”. Esta escola, assim como a maioria da região, não trabalha

com as necessidades de cada aluno e no que tange aos direitos humanos, a maioria dos alunos não sabe o que são e diz que a escola não costuma trabalhar esta questão. Esta falta de esclarecimento contribui para que não seja criada e tampouco desenvolvida uma consciência crítica sobre os direitos, nem poder de reivindicação. O aluno acaba sentindo revolta e raiva, e não se considera protagonista da situação em que vive. Isso ficou claro nos encontros com os jovens do Faz Tudo, pois, ao perguntarmos o que eles poderiam fazer para mudar a realidade do ensino escolar, eles responderam que não poderiam fazer nada; eles não se consideram sujeitos na sua situação. Devido à falta de informação em geral, os jovens sentem revolta, ao invés de despertar a vontade de fazer algo para contribuir com a transformação da qualidade do ensino escolar.

“O maior problema desta escola é a falta de consciência. O aluno vem para a escola para bagunçar, ainda não entrou na cabeça deles que devem freqüentar a escola para estudar e não para fazer bagunça. Infelizmente, com esta política de que não se repete de ano, a escola está um caos. Não está na cabeça do aluno que ele deve aprender. A gente tenta despertar consciência todos os dias através de muita conversa.” (Diretora da Escola Ataliba)

Conversamos também com membros do Grêmio de Alunos da Escola Ataliba de Oliveira que se formou em setembro de 2000 e teve permissão da atual diretora da escola. Um dos motivos da expulsão da diretora foi a revolta dos alunos contra a sua não-aceitação da chapa para a diretoria do Grêmio. Mas na sua gestão aconteceram muitos problemas e os alunos estavam insatisfeitos.

O vice-presidente da chapa, Luciano, afirma que o Grêmio deve ter voz ativa, enquanto a direção da escola acredita que deve trabalhar em função da escola. Como a escola não está estruturada sob uma filosofia de integração, o Grêmio entra em choque com a direção e adquire um caráter meramente reivindicativo e fomentador de conflitos.

“O aluno da escola quando está insatisfeito com algum professor, costuma procurar o Grêmio para reclamar, pois se ele for direto à diretoria, não terá voz. Assim sendo, ele procura o Grêmio como canal de reivindicação.” (Fábio, presidente do Grêmio).

Esta escola não tem estrutura e equipamentos para prover o aluno de informações. A biblioteca está inutilizada; os laboratórios de física, química e biologia não têm condições de receber os alunos e os computadores estão fora do alcance deles mesmo para fazer pesquisas solicitadas pelos professores. Como pesquisar o que a escola exige quando nem a um computador os alunos têm acesso?

“Nós, enquanto Grêmio, ainda não pensamos uma política em relação a utilização dos recursos existentes na escola porque os próprios alunos não cooperam. Se a biblioteca ficar aberta, vão destruí-la. O certo seria trabalhar com a conscientização dos alunos; o problema é que professor nenhum quer realizar este trabalho. Nossa escola não realiza atividades referentes aos temas transversais que estão previstos na Lei de Diretrizes e Bases, tais como aulas que envolvam conceitos de ética, cidadania e direitos humanos. Para começar a fazer com que os alunos desenvolvam alguma consciência dos seus direitos e lutem por eles podemos promover palestras, trazendo pessoas de fora para falar. Existe um professor da noite que quer começar a levar os alunos para conhecer a USP, para eles perceberem a importância de se estudar. Os alunos precisam sair deste ‘mundinho aqui’ e começar a conhecer o mundo lá fora para ter mais conhecimentos de como são as coisas e formar uma consciência crítica” (Fábio, presidente do Grêmio).

“Os nossos jovens vão para a escola e não ficam, porque o professor ainda é autoritário; ele acha que manda na sala. Não existe democracia. A democracia é a figura do diretor e do professor. O nosso jovem não tem liberdade de expressão nas escolas; eles não tem o canal de participação, mesmo tendo o grêmio.” (Cleide, Coordenadora do Centro da Juventude Parceiros da Criança)

Conseqüências da escola que não funciona

A escola sobre a qual acabamos de discorrer nada mais é que um exemplo que retrata a situação da grande maioria das escolas públicas da nossa cidade, para não dizer do nosso país. A falta de infra-estrutura física e sócio-educativa acarreta a precariedade do ensino escolar que, por sua vez, é o grande

responsável pela improbabilidade de ascensão sócio-econômica da maioria. A ânsia por um futuro melhor está diretamente relacionada a uma boa colocação no mercado de trabalho, o que garantiria melhores condições de vida à família, num país onde nenhum cidadão tem seus direitos humanos garantidos na prática. Todos desejam melhores condições financeiras para poder pagar por serviços que, pela nossa legislação, deveriam estar disponíveis para população, independentemente da classe social. Esses serviços deveriam apresentar a qualidade necessária para que todos os brasileiros pudessem simplesmente optar: por carreiras profissionais, por condições de moradia e por concorrer ou não, de igual para igual, com qualquer um que dispute uma vaga na universidade ou no mercado de trabalho.

As conseqüências de uma educação de má qualidade são muitas. Nas entrevistas com atores comunitários e escolares, colhemos diversos depoimentos que ilustram como estas conseqüências recaem no dia-a-dia da população de Heliópolis.

No que diz respeito ao jovem que está em conflito com a lei, a escola não propõe nenhum projeto para acolhê-lo, a começar pelo processo de matrícula, em que o adolescente já encontra obstáculos burocráticos para sua efetivação. A escola oferece o mesmo tratamento que oferece aos demais alunos. Visto que a maior parte das escolas que recebe jovens nesta condição localiza-se em regiões carentes, onde o tráfico de drogas constitui-se em um mercado de trabalho, o governo deveria adotar medidas sócio-educativas para que este jovem se (re)sociabilize o mais rápido possível através da escola, que ocupa um lugar central na vida do ser humano, para que ele cresça de maneira a garantir a continuação das condições de reprodução da vida humana.

Fábio acredita que o sistema de ensino não está preparado e estruturado para receber e trabalhar o adolescente que vive em condição de Liberdade Assistida (LA). Para ele, é difícil fazer um trabalho de recuperação efetiva com este jovem, pois o sistema não é suficiente para atender aqueles que entram para a vida do crime, o que torna muito mais difícil a sua ressocialização.

“O jovem que comete um delito, está consciente. Ele sabe que a estrutura é ruim e que o sistema não colabora para nada, mas se ele teve consciência de fazer tem a consciência de não fazer.” (Fábio, jovem que trabalha na UNAS).

Fábio tem 21 anos de idade e mora em Heliópolis há 13. Trabalha na UNAS fazendo a parte burocrática e administrativa da entidade, além de participar do Grupo de Adolescentes da Associação. Ele participou do Centro de Juventude do Núcleo de Heliópolis e logo depois começou a fazer o curso técnico em informática no Colégio Portinari (particular). Nesta época, a UNAS recebeu uma doação de computadores e ele foi convidado para trabalhar na associação. Com o passar do tempo, ele passou a trabalhar também na parte administrativa. Fábio tem o ensino médio completo e cursou o ensino fundamental em uma escola do governo do Estado.

Ele considera que as pessoas que vêm de fora da cidade, normalmente não têm escolaridade e têm que trabalhar para ganhar R\$ 200,00 por mês. Seus filhos percebem que é bem mais fácil e rentável ganhar R\$100,00 em um dia de trabalho ligado ao tráfico e que a oferta está batendo na sua porta. Esses jovens sabem o que é o mau e o que é o bem, mas não sabem o que é o “sistema”.

Segundo Fábio, “o jovem que foi à escola e recebeu uma educação de má qualidade, que é o caso das escolas da região, não vai se contentar com aquilo, mas se ele vai para escola e tem um ensino, mesmo que seja ruim, ele deve tentar aproveitar pelo menos o que é ensinado.”

Nem todos têm a mesma consciência de Fábio e, para os adolescentes em geral alcançá-la, as escolas têm um papel central. Os pais deveriam ter consciência da importância de uma educação de qualidade; no entanto, na maioria das vezes, eles próprios não tiveram oportunidade de frequentar a escola e os que a tiveram, em sua maioria, dificilmente concluíram o 2º grau. Por isso é necessário um trabalho educacional com o aluno contextualizado, isto é, visto dentro de suas reais condições de vida, seja no âmbito familiar seja no âmbito social. É preciso, acima de tudo, um trabalho pautado nas suas reais oportunidades, oferecendo-lhes sempre condições de potencializar sua capacidade. Cada um poderia fazer a sua opção e apareceriam diversos novos talentos. Não nos cabe julgar se essas futuras opções seriam ou não bem-sucedidas, cabe-nos apurar que essas pessoas não tiveram ao menos opções.

Como exemplo desta falta de estrutura, apontamos a experiência de Ricardo

Campos, 20 anos e morador da favela de Heliópolis. Quando tinha 17 anos de idade, foi preso por uma semana na delegacia. Na época, ele cursava a 7ª série da Escola Manuela. Após esta semana de detenção, conseguiu cumprir os últimos meses do ano letivo e abandonou os estudos. Depois de três anos, resolveu concluir o ensino médio, mas a escola Manuela não aceitou a sua matrícula alegando que seus documentos não se encontravam lá. Ricardo diz que essa explicação não é verdadeira, pois os seus documentos sempre estiveram na escola, desde que começou a frequentá-la. Ele acredita que a escola não o aceitou por ter “passagem na polícia” e foi por isso que alegaram a falta dos documentos.

O mesmo processo aconteceu com alguns de seus amigos que já passaram pela Febem. O preconceito da escola em relação a esses adolescentes faz com que se restrinjam ainda mais as suas oportunidades e esperanças de ressocialização. Porém, o direito ao acesso à educação deveria ser o primeiro a ser atendido para que o adolescente reestruture sua vida e garanta a efetivação dos demais direitos. Hoje, Ricardo estuda no Telecurso oferecido pelo Centro de Juventude da Mina, localizado à R. da Mina, em frente a sede da UNAS.

Outro exemplo que ilustra a falta de políticas escolares para acolher alunos em condição especial é a história de Itamar. É um jovem autodidata de 19 anos de idade e portador de doença física devido a complicações que ocorreram no momento do parto. Ele não anda, arrasta-se e, quando fala, é muito difícil entendê-lo. Mora em Heliópolis há 11 anos e trabalha na feira como vendedor de alho e limão. Itamar nunca frequentou a escola e aprendeu a ler sozinho em revistas em quadrinhos da Mônica. Ele ficava olhando as revistas e afirma que “de repente” percebeu que estava lendo. Ele não procurou a escola, porque seria colocado numa classe de alunos especiais, que normalmente são aqueles que sofrem de deficiência mental, mas ele não possui este tipo de deficiência e sim a física.

“Eu não gostaria de estar estudando em uma classe especial porque iriam ser dois mundos: um para deficientes e outro para os normais. Tem que haver uma escola especial e não classe especial. Se eu fosse para a escola não adiantaria muito porque as pessoas normais que a frequentam, quando terminam os estudos não conseguem estar qualificados para o trabalho. Imagine eu!” (Itamar)

Assim como Ricardo, Itamar não encontra estrutura escolar para atendê-lo, visto que, mais especificamente no caso de Itamar, o Estado e/ou o município deveriam ter escolas especializadas no atendimento de pessoas portadoras de deficiências físicas já que elas não apresentam condições financeiras para pagar por uma escola diferenciada. O fato de Itamar nunca ter estudado trouxe conseqüências negativas em sua vida, como a falta de oportunidade de saber mais do que sabe hoje e a falta de possibilidade de conseguir um trabalho adequado à sua condição.

“Eu estava no trem com o meu cunhado, vendendo salgadinhos e apareceram os [fiscais] contratados da empresa de trem e apreenderam a mercadoria. Se tivéssemos ficado, teriam nos prendido. Isto acontece freqüentemente. A gente quer trabalhar honestamente mas o sistema não permite.”

O trabalho informal torna-se a única opção de atividade para aqueles que não tiveram uma formação de qualidade para que estivessem preparados para disputar vagas, tanto para o estudo nas universidades como no trabalho em empresas. Este fato acomete grande parte da população brasileira e, mais especificamente, a população residente nos grandes centros urbanos como São Paulo. O trabalho informal é comum e parece já estar consolidado em nossa sociedade.

O preconceito sobre os moradores de Heliópolis é comum a ponto de eles deixarem de escrever o nome do bairro em que vivem na ficha de inscrição quando procuram emprego, por sentirem-se discriminados pelo fato de residirem em uma favela. O jeito de vestir e a cor da pele são características físicas notadas pelos policiais das regiões próximas e usadas para práticas discriminatórias. Não é nada raro ouvirmos jovens que já foram revistados no meio da rua ou até na frente de suas escolas sem nenhuma denúncia, por policiais que, a partir de um simples olhar, consideraram-nos suspeitos.

Itamar conta uma passagem em que se sentiu intimamente discriminado. Ele e quatro amigos foram a um mercado e, assim que entraram, o segurança os seguiu, desconfiado do grupo em razão dos seus trajes. Compraram o que precisavam e logo foram embora. Ele afirma ter certeza de que se estivessem usando terno e gravata, teriam sido tratados melhor.

“Hoje, o culpado pela violência em nosso país é o jovem pobre. Mas, ninguém fala do porque de ele cometer infração. Ninguém fala do direito deste jovem que lhe foi tirado. Direito dele viver; de ter expectativas. Qual o pobre que vai a faculdade? Que assalariado que tem condições de pagar uma faculdade? A falta de uma educação de boa qualidade traz conseqüências como a falta de um emprego que possa garantir o sustento da família. O desemprego é uma conseqüência muito séria. Muitas vezes você encontra casas com tudo dentro, mas que não tem comida. O adolescente, neste contexto, não se conforma com esta situação e muitas vezes acabam indo para a criminalidade. Eles ficam revoltados por não poderem ter planejado o seu futuro. Essa situação só mudará quando os valores do ser humano forem trabalhados pela escola pois temos que ter claro que tudo passa pela educação. O que é planejado nas escolas públicas é um absurdo! Desde a minha época, não mudou nada. Assim, como pode ser o futuro desta criança?

“Temos que mostrar para todos o que esta criança é capaz de fazer para contribuir para transformar a situação e não somente torná-la um adolescente infrator. Eu continuo acreditando que estes adolescentes ainda vão contribuir muito para mudanças. Eles têm que ser trabalhados para que isso aconteça.”
(D. Genésia, Coordenadora do Centro de Juventude da Mina)

“A 2ª série não tem nada básico; não tem nada de História. Eles ainda estão aprendendo a formar frases. A gente percebe que existe uma deficiência muito grande. Chega na 4ª série, tem criança que não sabe ler direito e que não consegue articular um texto; falta palavra. Eu sempre estudei nas escolas da região e as crianças aqui do projeto estudam nessas escolas. Eu sinto uma diferença muito grande, pois, na 4ª série, pelo menos a tabuada eu sabia. Eu sinto que nós não estamos capacitando os nossos jovens. Isso é desumano. O nível da escola é muito baixo. O baixo preparo em relação à leitura, escrita e interpretação de texto torna difícil a comunicação com a criança. Em cada sala de aula eu tenho dois ou três adolescentes de 12 anos que não sabem ler. O problema é que os nossos jovens vão, futuramente, enfrentar outros jovens no mercado de trabalho que tiveram mais preparo do que eles. A minha filha estuda em escola particular e então eu consigo fazer a comparação. Percebo que o

entendimento que ela tem em relação a questão dos direitos e cidadania é muito superior ao grau de entendimento que os adolescentes da comunidade que estudam em escolas municipais e estaduais. Isso atrapalha o jovem porque ele acaba não criando a consciência crítica de poder de reivindicação de direitos. Acaba criando-se revolta e raiva. O jovem não tem idéia da dimensão do problema e acaba criando revolta. Quanto à saúde, eles não conseguem entender que ter um serviço de saúde digno é direito deles; é o mínimo para se viver” (Cleide, Coordenadora do Centro da Juventude Parceiros da Criança)

AS BOAS PRÁTICAS

A escola que funciona

A escola Presidente Campos Sales conta há quatro anos com a presença do diretor Brás Rodrigues. Desde então, a escola deu um salto em termos de qualidade de ensino e integração com a comunidade. Antes de ele assumir o comando da escola, ela era vista como uma das piores escolas da região. Ao contrário do que constatamos ao longo do presente trabalho, a Campos Sales foi a única escola cuja visão é inovadora sobre o que significa EDUCAÇÃO.

As escolas públicas estaduais e municipais desta região utilizam uma conduta autoritária no que diz respeito ao relacionamento com a comunidade escolar; isto é, os alunos não encontram espaços para suas reivindicações e de ocupação. Isso faz com que eles não participem do processo de decisão sobre as políticas existentes na escola e deixem de exercitar a sua capacidade de fazer seus direitos se tornarem efetivos.

Ao longo destes quatro anos, o diretor Brás Rodrigues vem se diferenciando pelo tipo de relacionamento que a direção mantém com professores, alunos e pais de alunos. A criação de várias comissões, todas elas com a participação de alunos, professores e coordenadores e algumas com a participação, também, dos pais de alunos, é uma proposta democrática e inovadora para o trabalho de planejar e decidir.

“A idéia que rege o projeto que estamos tentando implantar aqui na escola é que TUDO PASSA PELA EDUCAÇÃO, isto é, a escola tem que estar

contaminada pelas necessidades da comunidade. Uma escola atuando não isoladamente pelas necessidades da comunidade. Uma escola atuando não isoladamente significa uma escola atuando com todas as outras instituições, desde a família até o Estado. Quando afirmamos que tudo passa pela educação, isto significa que a questão da moradia, da saúde e dos outros direitos são problemas da escola. Não que ela resolverá tudo, mas, tentará trabalhar o aluno contextualizado, ou seja, no seu contexto. É um processo lento e gradual.” (Diretor Brás Rodrigues).

Nas entrevistas realizadas com toda a comunidade escolar, a violência foi apontada como o principal problema de Heliópolis. Seguindo a linha de raciocínio do diretor Brás Rodrigues, o maior problema desta comunidade é a falta de espaço para os moradores em geral. Ele cita uma das principais causas da violência como sendo a maior deficiência da região, convertendo automaticamente o problema em solução, ao contrário dos demais que apontam a violência como problema mais urgente a se tratar.

“Quando aconteciam brigas, eu saía para resolver e todos falavam para eu não sair porque eu provavelmente levaria um tiro. Aqueles que se faziam de valentões, a gente ia na casa deles. Isso abriu, logicamente, um espaço para que nós pudéssemos estar tratando dos problemas reais dos alunos desta comunidade, inclusive fiz com que a escola Campos Sales fosse a mais integrada com a comunidade da região.” (Diretor Brás Rodrigues).

Se a escola não trabalhar com o aluno contextualizado, o fracasso escolar irá continuar e não haverá muitas soluções capazes de reverter esta situação. Segundo ele, existe um certo estranhamento da comunidade em relação ao seu trabalho, pois as pessoas estão preparadas para receber tudo pronto. Mas, mesmo assim, ele continua investindo nesta política na sua escola, pois só assim a comunidade começará a se conscientizar.

As suas estratégias para manter o aluno dentro da escola e fazer com que ele goste da escola tiveram resultados positivos. O aluno e o professor tomaram maior consciência sobre a importância da educação. Hoje em dia, é comum encontrar jovens de 12 anos de idade empenhados nas atividades do Grêmio

escolar, ou seja, ocupando espaços de decisão para contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e de convivência na escola.

Os alunos tomaram consciência de que a escola é deles também. São eles mesmos que organizam os campeonatos na escola e são poucos os que cabulam aulas. A comunidade percebeu este avanço e isso fez com que a busca por vagas na escola aumentasse. Até as pessoas que moram longe, preferem estudar na Campos Sales.

“A escola ideal é aquela que está preocupada com a educação e que esteja, antes de tudo, interessada em formar cidadãos para poder mudar o futuro do jovem e do país.” (membro do Grêmio da Escola Campos Sales)

O Grêmio da escola Campos Sales surgiu a partir de trabalhos relacionados à cidadania e direitos humanos. Ele foi formado há dois anos e conta com 31 pessoas envolvidas em suas atividades, sendo que muitas delas já saíram da escola. Sua filosofia é contribuir para o resgate e fortalecimento da cidadania de forma que as pessoas recebam e multipliquem as iniciativas para a escola e para a comunidade. A divulgação de seus projetos é feita de sala em sala, no “Boca-a-Boca” e não via panfletagem. O Grêmio participa de várias comissões existentes na escola, tais como: esporte, lazer, cultura, integração escola-comunidade, reivindicação e comunicação. Cada uma destas comissões é liderada por um membro do Grêmio.

“Isto foi uma conquista, pois despertou o interesse de formação de Grêmios em outras escolas da região.” (Membro do Grêmio da Escola Campos Sales).

“A principal função do Grêmio, tomando como base o estatuto, seria representar os alunos diante a direção da escola. O objetivo do Grêmio é colocar o aluno dentro da escola pois nós vivemos na periferia e as pessoas que ficam na rua acabam se envolvendo com as drogas. Ao trazê-los para dentro da escola, para participarem de campeonatos, palestras e discussões eles acabam se envolvendo com outras atividades que não o uso de drogas. O foco do Grêmio estudantil dentro de uma escola pública é o adolescente. Este Grêmio participa da comissão escola-comunidade e a principal maneira que encontramos para atrair pais, alunos e

comunidade em geral para a escola é convidar os pais a participarem de excursões como responsáveis. A escola ideal tem que ser um centro comunitário; tem que haver a integração escola-comunidade e também tem que ter professores engajados em algum projeto, professores dedicados a passar seus conhecimentos sem fazer distinção entre alunos da favela e os de escolas particulares; ter alunos que estejam conscientes de seus deveres e exercendo seus direitos com plena complexidade.” (Diretor da Escola Campos Sales).

Uma particularidade deste Grêmio é que ele consegue fazer com que adolescentes de 12 e 13 anos de idade participem das atividades. Normalmente os Grêmios estudantis costumam agregar jovens de 16 e 17 anos, pois pensa-se que são os únicos com alguma consciência crítica e capazes de propor e fazer alguma coisa. Este Grêmio luta pela conquista de uma escola em que a comunidade participe e que não fique restrita ao prédio escolar, isto é, busca formar uma escola representada pela comunidade. O fato de ela ter um diretor integrado com a comunidade é muito importante, pois ele quer o melhor para a escola e para o aluno. Esta integração vem tomando corpo e é cada vez mais sólida, possibilitando a participação da comunidade em eventos e acontecimentos da comunidade como por exemplo, a Passeata pela Paz ocorrida no 10 semestre de 2000.

“O Grêmio das escolas deve funcionar para exigir uma melhoria na qualidade do ensino e não só para ficar fazendo festas aos fins de semana. Ele tem que existir para trazer um melhor ensino e ele tem condições para isso. O papel do Grêmio é tentar buscar junto às secretarias municipais e estaduais de educação e de ensino uma melhoria na qualidade do ensino. Isso deve ser feito junto aos professores e diretores de escolas. Deve procurar integrar cada vez mais alunos da escola ao processo pois a partir daí, o jovem estará se conhecendo como cidadão também; será mais um aprendiz. No que se refere ao direito à educação, o jovem terá mais noção.” (Fábio, adolescente que trabalha na UNAS)

Outras duas boas iniciativas existentes na comunidade de Heliópolis são os Centros de Juventude (CJ), espaços de convivência e aprendizagem que a criança frequenta dos 7 aos 14 anos de idade. Neles são desenvolvidas atividades

educativas como: reforço escolar, aulas de teatro, vídeos, oficinas de arte, esporte etc. Esse espaço é essencial para complementar a formação de uma criança, principalmente quando ela é moradora de uma comunidade mais carente em que as tardes não são preenchidas com cursos de idiomas, natação, computação ou ballet. A falta de vagas acarreta na ociosidade do adolescente que, por falta de opções de lazer e atividades culturais, torna-se vulnerável a ingressar em atividades ligadas ao tráfico de drogas, seduzido pelo o que esta atividade pode lhe render. Participar de um CJ significa participar da vida cultural da comunidade; significa ajudar a construir e a resgatar a história da comunidade; significa desenvolver o lado criativo que todo ser humano tem e mais do que isto tudo, significa alguns tijolos na construção da cidadania do indivíduo.

O Centro de Juventude do Núcleo da Mina, é coordenado por D. Genésia. Ela considera: “Para chegarmos onde estamos hoje, houve movimentos de todos os lados da comunidade. Uma das coisas que nos preocupa muito aqui no CJ é a construção da cidadania. Percebemos que não existe projeto no âmbito federal, estadual e municipal voltado à criança e ao adolescente das classes mais desfavorecidas. A criança e o adolescente pobres sempre foram desprezados nesta sociedade. Nós temos um trabalho para prevenção do uso de drogas. É importante trabalharmos este adolescente no sentido de eles perceberem como é o seu contexto, pois, do contrário, ele não entende o porquê desta oferta do mundo das drogas estar tão fortemente presente na vida deles. Ele vive em um país em que ninguém dá importância para ele. A estrutura financeira da família é péssima. Mas por que essa estrutura é péssima? Será que meu pai ou minha mãe que quiseram assim? Ou, por que eu sou analfabeto? Eles não entendem da onde veio isso.” (D. Genésia, coordenadora do CJ da Mina).

O CJ da Mina desenvolve um trabalho para a construção e resgate da cidadania dos jovens que apresentam dificuldades para ajudá-los a entender por que eles estão em sua difícil situação. “Que expectativa tem uma criança pobre?”, pergunta D. Genésia.

Trabalha-se com a perspectiva de fazer o adolescente entender que ele também tem direito a fazer cursos de todos os níveis e que ele precisa saber sobre os seus direitos. Informar sobre os direitos humanos, isto é, os direitos e deveres, faz parte da política educacional deste Centro de Juventude.

“Se o adolescente conseguir perceber que ele é importante, ele vai poder lutar pelos seus direitos. No momento em que a maioria do nosso país, que é miserável; entender o porquê de estar vivendo nestas condições miseráveis, não vai mais querer estar na miséria e vai lutar para que isso mude. Nós não podemos trabalhar só a questão do reforço escolar, sem trabalhar a questão da cidadania, é porquê ele é um ser humano como qualquer outro. Ele tem que saber o porque de viver nestas condições.” (D. Genésia, coordenadora do CJ da Mina).

O Parceiros da Criança é um Centro de Juventude que conta com a parceria da iniciativa privada Para Cleide, sua coordenadora, o Parceiros da Criança possibilita trabalhar com as crianças a educação para o exercício da cidadania de maneira que a comunidade acredita. “É muito diferente levar as crianças para visitar a Mostra do Redescobrimento quando ela já tem algum grau de entendimento sobre o que elas vão ver. O grau de assimilação é superior.”

Esse tipo de atividade só é possível no “Parceiros da Criança” porque nos outros CJs não existe estrutura para isso. Cleide procura ajudar os outros CJs com cessão de recursos materiais, mas isto não é uma política e sim uma ação isolada. A maior parte dos CJs de Heliópolis é financiada pela prefeitura, e devido à insuficiência de recursos, há filas de espera, e, por isso, nem todas as crianças e adolescentes têm a oportunidade de freqüentar esses espaços. Cada espaço educacional que a criança deixa de freqüentar significa menos informações acumuladas, acarretando sérias conseqüências no futuro.

IV – Conclusão

A partir das entrevistas realizadas com pessoas da comunidade direta e indiretamente ligadas à educação, pudemos perceber que alguns fatores contribuem fortemente para que uma escola alcance seus objetivos ou não.

A partir dos contatos com diretores e professores de escolas e dirigentes de Centros de juventude compreendemos qual o papel que se pretende que a escola pública ocupe dentro da comunidade. A escola ideal, na visão dos entrevistados, é a que consegue fornecer ao aluno um ensino de boa qualidade capaz de prepará-lo para concorrer a uma vaga na universidade pública, já

que é quase que impossível pagar por uma particular, ou a uma vaga no mercado de trabalho na qual ele receba um salário que lhe dê condições, e à sua família, de viverem dignamente. A escola ideal é, ainda, aquela que consegue tornar-se referência central na vida de uma comunidade, ou seja, que propicia uma convivência pacífica entre os seus atores e os da comunidade, bem como a participação na tomada de decisões sobre os rumos da escola e da comunidade.

No entanto, para que o sonho da escola ideal se aproxime da realidade, é imprescindível trabalhar a questão dos direitos, não só respeitando-os mas utilizando-os como aliados no processo de transformação da escola e conseqüentemente da comunidade à qual ela pertence.

A visão segmentada e corporativa dos direitos que rege a grande maioria dos dirigentes e professores das escolas públicas é obstáculo para o enfrentamento dos conflitos internalizados dentro delas. Neste caso, os direitos são vistos como antagônicos e conflituosos no pleno exercício da cidadania, aparecendo como limite na proposição do diálogo e da busca de soluções.

A entrevista da diretora da escola que não funciona ilustra muito bem a questão. Em seu discurso, percebemos a visão de que a escola pública tem tudo para dar certo e ter um funcionamento exemplar, desde que os alunos ajam como ótimos cidadãos, as relações sociais na comunidade sejam harmônicas e o governo preste os serviços necessários. Atribuir às atitudes violentas dos alunos o fracasso da estrutura escolar é fácil, quando se desconhece o contexto familiar e social em que eles vivem. Definitivamente, a escola pública não dá conta de suas funções e obrigações no que tange à educação e ao papel que deveria desempenhar dentro da comunidade.

Vemos aqui a importância da indivisibilidade dos direitos humanos. Não basta o jovem ter sua vaga garantida, a escola tem que ter qualidade. Para que esta escola ganhe em qualidade, é necessário compreender que o ser humano tem que ter acesso a todos os serviços essenciais conseqüentes de direitos previstos na nossa constituição, isto é, direito à saúde, ao emprego e às condições de moradia decentes, dentre outros.

Como afirma Brás Rodrigues, “Tudo passa pela educação”. É esta a filosofia que permeia o trabalho na escola Campos Sales, onde o diálogo permitiu uma participação democrática da comunidade escolar (professores, alunos, diretores e pais de alunos) no que tange à discussão de propostas e planejamento dos princípios que pautam a vida daquela escola.

Em trabalhos anteriores em projetos ligados à educação, participamos de atividades que a escola não consegue suprir como: mediação de leitura, palestras de prevenção sexual e do uso de drogas e cursos profissionalizantes. A participação no Observatório nos permitiu ver a realidade da grande maioria dos jovens da região: a falta de um projeto educativo competente não lhes permite criar uma consciência crítica, mas só reproduzir a realidade de vida difícil e sofrida a que fomos acostumados a enfrentar. O jovem daqui não tem expectativas para o futuro, não vislumbra caminhos para sair desta condição, não se permite sonhar com uma vida mais digna, não acredita na transformação. É possível a escola tornar-se central dentro de uma comunidade pauperizada e carente e estabelecer diálogos e relações utilizando e reconhecendo os direitos. Para isso, consideramos essencial superar os obstáculos ao exercício do direito à educação, desde o que se refere à falta de qualidade no ensino, ao modelo da escola pública para que se evitem as conseqüências negativas da exclusão do jovem do espaço escolar.

O Estatuto da Criança
e do Adolescente

Direitos Humanos



O Estatuto da Criança e do Adolescente é um dos documentos mais pujantes produzidos pela sociedade brasileira nos últimos anos. Considerado utópico por alguns, realista por outros e alvo de críticas de muita gente, é inegável sua importância para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Os membros do Fórum Escolar de Ética e de Cidadania devem gravar o programa "Estatuto do Futuro", da grade de programação da TV Escola, e agendar sua exibição não somente para reuniões do fórum, mas para toda a comunidade educacional. Esse vídeo, muito bem produzido, trará uma boa idéia da importância do ECA e algumas experiências que demonstram como ele pode ser implementado pela comunidade.

ESTATUTO do futuro. Realização: Centro de Criação de Imagem Popular (União Européia). Brasília, SEED, 1998. 1 videocassete (83'08''): VHS, son., color. Port. Série de 4 programas: Estatuto do futuro (39'16''); Construindo o futuro (13'16''); Se liga no Estatuto (19'10''); O direito e Torto (11'26'').



Sugestões de estratégias de trabalho

O vídeo pode ser trabalhado em dois momentos inter-relacionados: a) na reunião do fórum; b) nas salas de aula e na escola.



Na reunião do fórum :

Muitos profissionais da educação costumam afirmar que conhecem o Estatuto da Criança e do Adolescente, mas, quando questionados se já dedicaram algum tempo à sua leitura, assumem que nunca o leram. A apresentação do vídeo "Estatuto do Futuro" será uma boa maneira de introduzir, de forma didática e interessante, a estrutura do ECA e seus principais fundamentos aos membros do Fórum Escolar de Ética e de Cidadania.

Após a exibição do vídeo, alguns temas podem ser discutidos coletivamente:

- Quais os principais direitos que o ECA aborda?
- Quais suas relações com a Declaração Universal dos Direitos Humanos?
- Quais das experiências apresentadas são consideradas mais interessantes e por quê?
- Quais delas poderiam ser implementadas na sua comunidade?

A obtenção de cópias do ECA e o compromisso de leitura por parte dos membros do fórum constituirão um passo importante para que a comunidade tenha consciência do que esse documento realmente representa.

Outro passo importante para a implementação do ECA na comunidade escolar será discutir o documento em uma próxima reunião e analisar até que ponto a escola tem condições de cumprir seus principais pressupostos.



Nas salas de aula e na escola:

Pela importância do Estatuto da Criança e do Adolescente na construção da democracia e da cidadania, é fundamental que todos os membros da comunidade o conheçam, principalmente as crianças e adolescentes que freqüentam as escolas. Estudar esse documento torna-se, portanto, um objetivo central deste programa.

A proposta é que seu estudo ocorra paralelamente a uma pesquisa para detectar se a comunidade em que a escola está inserida o está cumprindo, as dificuldades encontradas para seu cumprimento e que procedimentos podem ser adotados para sua efetiva implementação.

Dependendo das condições da escola, do fórum e dos docentes que o compõem, uma sugestão é dividir os diversos capítulos do documento entre as várias turmas ou séries que forem participar do projeto. Assim, cada turma ou série se encarregaria de estudar uma parte do ECA e promover uma pesquisa sobre as condições de seu cumprimento pela própria escola e pela comunidade. A distribuição das temáticas, assim como o tipo de análise, deve respeitar a idade dos alunos e das alunas que se responsabilizarem pelo trabalho.

O objetivo fundamental desse projeto, é importante dizer, não é buscar culpados ou identificar pessoas que descumpram o estatuto. O objetivo é conhecer o documento, a realidade e buscar caminhos para que a escola e a comunidade possam adaptar-se aos seus princípios, segundo um planejamento elaborado coletivamente, sob coordenação e supervisão do fórum. Assim, o projeto em questão tem um caráter inicial de avaliação formativa.

A socialização dos estudos e análises desenvolvidos será o ponto de chegada do projeto. Para isso, novamente sob a coordenação do Fórum Escolar de Ética e de Cidadania, a escola pode organizar a Semana da Criança e do Adolescente. Para tal evento, poderiam ser planejadas ações que discutiriam o ECA, os resultados

dos estudos feitos, a situação de sua consolidação na comunidade externa à escola e as propostas de encaminhamento apresentadas. A participação de pessoas e organizações governamentais e não-governamentais nas atividades planejadas traria boas contribuições para o debate. Seria de grande valia, por fim, envolver outras instâncias da comunidade nas ações futuras de consolidação dos princípios e normas do ECA.